



Eixo 2: Territórios em Disputa

**TERRA, RAÇA, CLASSE E ESTRATÉGIA:
A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NA BAHIA E A QUESTÃO RACIAL**

Raumi Joaquim de Souza
UNESP/MST, raumibahia@gmail.com

Resumo: A presente investigação intitulada “Terra, Raça, Classe e Estratégia”, visa compreender qual a relação da luta do MST pela Reforma Agrária com o debate sobre o fenômeno racial. Investigamos a maneira como o MST historicamente pensa a questão racial associada a luta pela Reforma Agrária, visto que a maioria das pessoas que compõem os assentamentos e acampamentos brasileiros são negros e negras. A partir desse diagnóstico visamos compreender de que maneira a estratégia de luta do MST se associa à luta contra o racismo, como legado da escravidão e do latifúndio no Brasil. O estudo parte da hipótese que o MST não desenvolveu o debate sobre a questão racial como avançou no debate sobre a questão de gênero e a questão LGBT. Porém, constatamos nas entrevistas de militantes do MST da Bahia, um grande potencial para que o debate avance internamente na organização. Pois, compreendemos que a questão agrária e a questão racial estão articuladas historicamente no Brasil, sendo marcas do trauma da colonização e da escravidão, que legou ao país um sistema de divisão da terra desigual e uma estrutura racial que vitimiza a maioria da população pobre e negra com o racismo, como marca estruturante da desigualdade social brasileira. Portanto, podemos tratar a luta pela terra também como uma luta pela superação do racismo, bem como de questão racial como pauta de debate na luta pela reforma agrária.

Palavras-chave: Terra; Raça; Classe; MST.

INTRODUÇÃO

Nosso estudo tem como finalidade levantar subsídios para a percepção de como as desigualdades sociais e territoriais no campo estão intrinsicamente ligadas às desigualdades raciais. A partir desse objeto de estudo, justificamos a nossa inquietação pela necessidade de analisar o vínculo que existe entre latifúndio e racismo (questão agrária e questão racial) e a omissão desses vínculos históricos nas estratégias formuladas pela esquerda brasileira.

A nossa intenção aqui é desenvolver um diálogo investigando de que maneira está inserida na estratégia de luta do MST, a pauta sobre a questão racial, visto que “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização política formada pela superpopulação relativa constituída por trabalhadores proletários e trabalhadoras proletárias, em sua maioria, negros e negras.” (OLIVEIRA, 2017. p. 05). Os dados coletados na nossa pesquisa são de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado da Bahia.

O nosso estudo nasce da necessidade de investigar as representações acerca da questão

racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, destacando de que maneira o debate racial está incorporado na proposta político-cultural da luta por Reforma Agrária, numa perspectiva de avanço para a transformação social. Visamos por meio da pesquisa, compreender de que maneira a luta do MST pela reforma agrária se associa ao debate sobre racismo, levantando subsídios para a percepção de como as desigualdades sociais e territoriais no campo estão ligadas às desigualdades raciais.

A metodologia do nosso trabalho constou das seguintes etapas: entrevista aos principais militantes do MST no Estado da Bahia sobre a estratégia de luta do MST referente a questão racial; leitura de livros acerca dos temas, e embasamento em Florestan Fernandes, sobretudo ao livro “O Significado do Protesto Negro”; análise geral dos resultados: e processualmente, ocorreu a escrita do artigo.

O MST NA BAHIA E A QUESTÃO RACIAL

No início do ano de 2017 participamos do primeiro evento anual do MST da Bahia, o 29º Encontro Estadual de 11 a 14 de janeiro. Evento que acontece todos os anos desde a sua formação no Estado, com o objetivo de avaliar, planejar, estudar e construir coletivamente a luta em defesa da Reforma Agrária no estado nos próximos períodos. Por meio de uma leitura visual e imagética do 29º Encontro Estadual do MST, aonde tinha 1500 militantes das diversas regiões do Estado da Bahia percebemos que a maioria dos participantes eram negros. Nesse encontro tivemos a oportunidade de conversar com as suas principais lideranças na Bahia e dialogar sobre o nosso tema de pesquisa. Entre as pautas discutidas no Encontro estavam: Análise de conjuntura política; A luta de classes e a luta pela Reforma Agrária; Balanço e desafios 30 Anos do MST; Planejamento 2017; Posse da Direção Estadual, o tema da diversidade sexual.

Por meio da observação a diversos eventos do MST, desde a Marcha de Feira a Salvador no ano de 2011, bem como as nossas diversas visitas nas tarefas da militância a vários assentamentos em diversas regiões da Bahia e por último no 29º Encontro Estadual do MST, é latente a presença majoritária da população negra. Nossa inquietação é entender porque na luta do MST pela Reforma Agrária não está imbuída a pauta pela superação do racismo, visto que essa população é a mais pobre do país. Então na Bahia, a classe trabalhadora é negra, conseqüentemente vítima do racismo e da desigualdade social e racial.

No encontro, um aspecto interessante nos chamou muito a atenção: a pauta sobre sexualidade, questões LGBT e diversidade sexual. É interessante, pois trata-se de um

movimento social do campo que já conseguiu perceber a dimensão da importância de superar a homofobia na luta pela Reforma Agrária. O debate sobre gênero e patriarcado também é sempre pauta e mesa de debate, isso é interessante, pois o Movimento vai além de discutir as questões ligadas a terra e discute dimensões do ser humano, com um olhar voltado também para seus integrantes. Porém, a nossa inquietação provem de uma percepção de que nos debates gerais do Movimento, inclusive no debate de gênero e no debate sobre as questões LGBT, em sua maioria são pessoas negras que estão inseridas. Deste modo não há dúvidas que são também vítimas de racismo, porém, por que essas pessoas negras não inseriram também a temática racial como pauta e como estratégia de luta?

Com a constatação de que na Bahia o Sem Terra de hoje é o escravo de ontem e com a hipótese de que o MST tem insuficiência em tratar a luta pela terra, também como uma luta pela superação do racismo, bem como de questão racial como pauta de debate na luta pela reforma agrária, perguntamos a diversos militantes que estavam no encontro: de que maneira o MST historicamente pensa a questão racial associado à luta pela Reforma Agrária, visto que a maioria das pessoas que compõe os seus assentamentos e acampamentos são negros e negras?

De acordo com Elisabeth Rocha, militante negra da Direção Nacional do MST na Bahia, o Movimento em sua trajetória sempre se preocupou com o “debate central” da luta pela terra, Reforma Agrária e transformação social, e as temáticas consideradas mais específicas, vem trabalhando de forma setoriais. Mas ela reconhece que o Movimento ainda não se atentou para a questão racial:

Então o MST vem discutindo essa questão da diversidade sexual, do gênero, da mulher, da juventude, e o que está por trás disso mesmo é a questão do ser humano dentro do Movimento. Ai quando a gente se depara com o debate da questão racial, a gente não constituiu e olha que nosso movimento é formado exatamente por negros e negras, por pobres marginalizados pelas pessoas que sempre ficaram estiveram a margem dessa sociedade desde a invasão desse país. Então é um debate necessário, é uma temática que a gente precisa dialogar não só na base, especialmente nas nossas instâncias de direção para construir uma posição política frente ao massacre e ao genocídio que a população tem hoje, não só no nosso país mas no mundo a questão da escravidão, do preconceito, do racismo que é uma questão que já está impregnada na sociedade. (ROCHA, 2017).

Rocha afirma que o Movimento é formado justamente por pessoas negras e o tema racial precisa ser encarado pelo MST como estratégia de luta. Por meio da sua fala é possível perceber o reconhecimento da falha histórica do Movimento. Em sua fala, ela considera que o MST precisa reparar esse déficit do debate da questão racial na estratégia de luta e reitera que o MST precisa rever a sua posição, pois a discussão racial é essencial para saber qual a

identidade do Sem Terra e qual o seu lugar na luta de classes. Ela ressalta ainda que atualmente o Brasil passa por diversas ondas de intolerância: há uma visão de direita carregada de fascismo, xenofobia, intolerância religiosa e genocídio da juventude negra.

Já na fala do militante Márcio Matos que foi dirigente nacional do MST nos anos de 2005 a 2015, “o nosso Movimento pela questão da sua origem ter sido nas articulações da igreja católica, no sul do País, só iniciou no Nordeste a partir da Bahia em 1987, eu acredito que hoje o MST principalmente aqui na Bahia tem mais clareza dessa questão.” (MATOS, 2017). Ele menciona que pelo Movimento ter se originado nas articulações da igreja católica, no sul do país, região em que esse debate não é tão presente como no nordeste, talvez isso também tenha contribuído historicamente para a ausência da temática racial na estratégia de luta. E mesmo na Bahia aonde há maioria de militantes negros, falta compreensão de que a questão agrária está interligada com a questão racial,

Eu acho que esse é um desafio, essa questão do debate da questão racial. O nosso Movimento, inclusive o povo negro do MST que é a nossa base social, sua imensa maioria, não conseguiu ainda compreender que lutar pela terra é também lutar para combater o racismo. Acho que nós precisamos fazer com que as pessoas tenham a consciência da história e da trajetória, que possam ter essa compreensão de que são lutas que não se separam. (MATOS, 2017).

Matos afirma que a base que integra o MST em sua maioria é negra e ainda não entendeu que a luta pela terra precisa andar junto com a luta pela superação do racismo. Mas nas suas falas deixa a entender que se a base não dialoga e não compreende tais fatores, é também porque não existem nas atividades de formação do MST, substâncias para a conscientização racial. Na luta do MST pela igualdade, existe o termo social, mas já que seus integrantes são negros falta incluir o termo racial. Mas ele reafirma que há necessidade desse diálogo para o avanço da luta da classe trabalhadora,

Outro militante negro e um dos fundadores do MST, Eudes Queiroz, também considera que entre outros fatores, o fato do Movimento ter começado a se organizar a partir da região sul do País seja um dos fatores que explica o fato que esse debate talvez não fizesse parte da urgência do MST de acordo com a realidade da maioria dos seus integrantes naquela região,

Eu acho assim, o Movimento surgiu no sul do país, o sul do país também teve muitos outros tipos de imigração, um tipo de imigração mais pacífica. No caso de nós, os negros, foi uma questão escravizada mesmo. No sul tem negros? Tem, mas foi mais pacífica do ponto de vista da migração. Houve migração da Europa, de diversos países europeus e se tornou uma turma branca, que a maioria não é negra, mas tem muito negro lá também. Mas eu acho que esse não é o cerne não, eu acho que a gente

precisava provocar mais essa questão do debate. Você pega a Bahia, o Nordeste quase todo, que tem mais presença da questão negra, você pega São Paulo também tem presença negra, você pega outros estados aí, como o Espírito Santo e Minas Gerais que tem mais presença negra e a gente precisa fazer esse tipo de debate. (QUEIROZ, 2017).

Para ele, mesmo estando no nordeste, com maior quantidade de negros e, inclusive, de lutas negras, falta consistência ao debate sobre a articulação entre classe, raça e terra. “Como, por exemplo, na Bahia, já havia lutas independente da organização do MST e essas lutas obviamente trouxeram influências para o Movimento. Mas, o MST enquanto movimento social foi organizado no sul do país.” (Idem). Eudes ressalva em sua fala que não só na Bahia e no nordeste, mas o MST nacionalmente precisa discutir a questão racial pois em todos os Estados há pessoas negras. E todas as discriminações precisam ser discutidas, entendidas e combatidas na estratégia de luta do Movimento.

De acordo com Valmir Assunção, é importante compreender que quando o Movimento nasce nos anos 1980 no sul do país, “a pauta racial tinha pouco debate na sociedade e em se tratando do sul do país pior ainda, então acho que esse é um componente importante pra explicar o momento de hoje sobre a questão racial.” (ASSUNÇÃO, 2017). Segundo ele, pelo Movimento ter nascido no sul, “a incorporação dos membros da direção nacional era boa parte branca, mas por outro lado é um preconceito velado que existe na cabeça de muitas lideranças até de esquerda com relação ao negro e com relação ao nordeste”. (Idem).

De acordo com Florestan Fernandes, inclusive os partidos de esquerda viam o “problema negro” como uma questão exclusivamente de classe e, portanto, como um “problema social”. Mas, é um problema social e racial:

Os anarquistas, os socialistas e os comunistas não podem compartilhar, apenas, de uma consciência crítica da situação do negro. Eles devem saber que o preconceito e a discriminação raciais estão presos a uma rede da exploração do homem pelo homem e que o bombardeio da identidade racial é o prelúdio ou o requisito da formação de uma população excedente destinada, em massa, ao trabalho sujo e mal pago, como sugerem várias investigações feitas nos Estados Unidos, na Inglaterra e na África do Sul. Nessa população recrutam-se os malditos da terra, os que são ultras espoliados e tem por função desvalorizar o trabalho assalariado, deprimir os preços do mercado de trabalho para elevar os lucros, quebrar a solidariedade operária e enfraquecer os rebanhos sociais. Por isso o 20 de Novembro é uma data que transcende à comunidade negra. Ela atinge todos os oprimidos e em particular os trabalhadores que possuem empregos, participam do movimento sindical e lutam organicamente pelo advento do socialismo. (FERNANDES: 1989. p. 28).

Segundo Florestan, os demais trabalhadores jamais podem aceitar o rolo compressor que passa por cima da população negra e a esmaga. Segundo ele, “ao mesmo tempo, o negro deve ter a consciência de que sua emancipação coletiva põe o problema da democracia e de

uma República democrática sem subterfúgios” a revolução dentro da ordem não é suficiente para eliminar as injustiças políticas, educacionais, econômicas, culturais, que afetam os estratos negros da população. (FERNANDES: 1989. p.18).

Valmir Assunção informa que foi o primeiro negro a fazer parte da direção nacional do MST e que os movimentos sociais da época dos anos 1980, tinha a compreensão de que toda superação da desigualdade e toda luta tinha que ser compreendida simplesmente com a luta de classe enquanto a questão racial e étnica jamais entraria no debate:

O Movimento Sem Terra ao longo dos anos demorou muito tempo para compreender a importância de debater essa questão racial. Um dos exemplos é que o meu caso, nós temos uma foto que é nítida que é um jogo de futebol da direção nacional e só tem um negro da Direção Nacional nos anos 80 e foi justamente o período quando eu entro na direção nacional. Fui o primeiro negro a ir para a direção nacional do MST. (ASSUNÇÃO, 2017).

Fernandes afirma também que, inclusive, nos próprios movimentos de esquerda, o preconceito está arraigado, “mesmo no seio da esquerda, a percepção da realidade dos negros demonstrou que o próprio companheiro branco nunca estava isento do preconceito e da discriminação ou que os partidos de esquerda avançaram sobre uma negação igualitária que estavam longe de praticar.” (FERNANDES: 1989, p.10).

Mas Valmir Assunção declara que naquela época inclusive ele próprio, não tinha muita consciência do debate racial e foi justamente por meio da atuação na direção nacional do MST, que teve a necessidade de morar em Salvador por conta das articulações políticas, e assim começou a ter a dimensão da importância do debate dentro das organizações sociais. “O MST até hoje não debate com prioridade essa questão racial, não é prioridade, mas lógico que em qualquer lugar que a gente chegue a maioria dos acampados ou dos assentados são negros, e falta justamente impulsionarmos cada vez mais esse debate.” (ASSUNÇÃO, 2017).

Segundo a indagação de Florestan Fernandes:

O que deve fazer o intelectual negro? Possuir uma “consciência crítica” refinada e dolorosa e calar-se, para “não agravar os problemas”? Ou impor-se o dever de dar combate tenaz ao nosso modo de ser, ambíguo e covarde, de afirmar uma democracia racial que não existe, de tolerar o preconceito de não ter preconceito, de silenciar “para não piorar as coisas”? O intelectual “branco”, por sua vez, deve ficar surdo e mudo, submetendo-se a um código racial hipócrita e dilacerante? Vieira dizia que a omissão é o pior dos pecados. Ainda, possuir uma “consciência crítica” de uma dada realidade e ignorar que ela exige desdobramentos práticos para ser destruída é mais grave que omitir-se: pressupõe um compromisso tácito com os que querem que a realidade não se altere que ela se reproduza indefinidamente. (FERNANDES: 1989. p. 50)

Fernandes afirma que, por isso, impõe-se ao negro a liberar-se de símbolos, avançar

por seus próprios meios, e superar comportamentos e datas que o prendem ao “mundo que o português criou”. E ele põe o dedo na ferida indagando qual o papel do intelectual negro consciente de que a questão racial não está superada mesmo nos movimentos de esquerda que lutam para a transformação social? É perceber toda essa questão e calar-se para não agravar os problemas e piorar as coisas? É não tocar na pólvora ou é justamente acender o pavio para desmascarar tal situação e construir a luta à partir da verdadeira realidade e de um dado concreto?

O interessante na Bahia, é que a maior quantidade de dirigentes é negra, desde os coordenadores nacionais, aos dirigentes de regionais, setores e brigadas. A maioria é negra, porém é possível perceber que aqueles que estão localizados mais próximos de Salvador, ou assumem tarefas que necessitam sempre estar em articulação em Salvador e com outros movimentos urbanos, dominam com mais propriedade a temática.

Entrevistamos também Vera Lúcia Barbosa (Lucinha), militante do MST, que foi dirigente nacional pela Bahia no período de 2005 a 2015 e por indicação do MST foi também secretária da mulher no governo de Jacques Wagner, posteriormente, foi secretária da promoção da igualdade racial no governo Rui Costa. Lucinha atualmente segue na militância do Movimento, assentada da Reforma Agrária e para ela, a temática racial já é exercida na prática pelo Movimento, pois a luta pela Reforma Agrária na Bahia é feita pelos negros. “Quando você olha a paisagem dos assentamentos e dos acampamentos, são os negros, na verdade tem regiões nossas que não tem diferença dos quilombos”. (BARBOSA, 2017). Porém reitera que o que falta é um avanço na estruturação da temática racial de modo que essa temática esteja inserida em torno dos eventos. Segundo ela, essa é a diferença dos quilombos para os assentamentos do MST,

Você vai visitar os quilombos, é um espaço aonde as pessoas se organizam e se definem como negros e negras, se organizam com tal, o que a gente ainda não conseguiu foi chegar nesse estágio. Não tem tanta diferença visual, agora a gente não avançou ainda na estruturação na temática, em está inserindo essa temática racial em torno dos eventos. Acho que a gente tem avançado muito na prática, a gente acaba fazendo a luta racial na prática, na medida aonde a gente faz um acampamento, um assentamento, na cidade onde aquelas pessoas se surgem como sujeitos e começam a se ver como ser humano naquela cidade e vão para feira com produtos da Reforma Agrária. Então você resgata a auto estima da pessoa como pessoa enquanto trabalhador rural negro e negra porque eles se impõe. Mas a gente ainda precisa organizar o debate da temática. Se a gente organizar ideologicamente pra fazer esse debate, coisa que os movimentos urbanos já avançaram muito mais, o movimento negro tem uma militância muito importante, diversas lideranças importantes que eles se impõe, tem a auto estima bastante elevada e organiza o debate, faz o debate ideologicamente coisa que a gente precisa avançar. (BARBOSA, 2017).

Segundo Barbosa, em todos os outros Estados principalmente no nordeste, o MST faz

a luta racial de modo inconsciente. “Inconscientemente a gente faz essa luta, esse resgate da nossa raça, do gostar de ser negro, do gostar de ser trabalhador e trabalhadora rural. No nordeste agente tem muito isso e no sudeste também aonde tem mais povo negro mulheres e homens negros”. (Idem).

Compreendemos que a pessoa negra que vai à luta em conquista do pedaço de chão pode ser consciente de que a ausência desse direito tem a ver com a escravidão, mas ela pode não encontrar no Movimento um discurso de politização sobre a questão de classe e raça vinculado à questão agrária. Dialogando com Fernandes, ele diz que “o sofrimento vivido pelo negro é bastante profundo para que ele tenha uma verdadeira consciência revolucionária e libertária dessa situação”. (FERNANDES: 1989, p. 46). Por outro lado, entendemos que a inserção da temática racial precisa também ir além de pauta nos grandes eventos, tem que estar presente constantemente a todo instante na dinâmica da luta.

Novamente, Florestan nos diz que,

Mesmo quando o negro não sabe o que é socialismo, a sua luta por liberdade e igualdade possui uma significação socialista. Daí ser ele uma vanguarda natural entre os oprimidos, os humildes, os explorados, enfim, o elemento de ponta daqueles que lutam por ‘um Brasil melhor’ ou por ‘uma sociedade justa’. (Idem, p.47).

Por outro lado, nos perguntamos se o MST com a presença de alguns militantes ocupando cargos políticos importantes voltado para a questão racial, de que modo foi feita alguma política radical de reparo aos problemas dos assentados em relação à questão racial. É óbvio que tais militantes contribuíram significativamente, inclusive, adquirindo uma consciência racial, como já foi aqui citado, mas a nossa indagação é se foi pensado algo que contribuísse para a conscientização racial de seus membros nos assentamentos. Mas, por enquanto, entendemos que o MST ainda não encarou como política radical a necessidade do diálogo concreto sobre a questão racial.

Barbosa afirma que o MST tem avançado em diversos temas, um dos primeiros foi a relação de gênero, em que “as mulheres trazem o debate, constroem as orientações, disciplinas e normas, porque as mulheres discutem internamente... O segundo passo foi inserir a temática LGBT que tem sido muito forte...” (BARBOSA, 2017). E para ela, “o terceiro passo agora é introduzir a temática racial de fato, pra que a gente adquira e reafirme essa consciência do ser negro”. (Idem).

Fernandes nos sugere igualmente que “o negro deve participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas levando para eles as exigências específicas mais profundas da sua condição de oprimido

maior.” (FERNANDES: 1989, p.18).

Barbosa enfatiza também que o fato do MST ter o deputado Valmir Assunção que é negro contribui para o avanço acerca da temática racial no MST. “Ele tem um grande referencial de liderança, de militância, em defesa da Reforma Agrária e também assumiu principalmente num mandato de deputado estadual e federal a temática racial”. (BARBOSA, 2017). Ela também ratifica que é necessário uma organização interna da temática e da inserção na pauta de luta. “Então, acho que é só uma questão de organização da temática e organização interna das nossas pautas para que a gente construa coisas novas nessa direção.” (Idem).

Podemos de fato perceber que o toque na questão racial é mais frequente nos eventos do MST, depois dessa aproximação com os diversos movimentos negros, bem como pela inserção de negros do MST, na Secretaria de Estado voltada para essa questão. Mas a articulação da questão racial com a questão agrária e a criação de projetos voltados para a formação política da própria base do MST para a questão racial ainda é inexistente.

Florestan Fernandes, na época em que escreveu “O Significado do Protesto Negro”, ao final da década de 1980, justamente na época em que nasce o MST, nos traz a reflexão de que os movimentos negros criticavam os grupos de esquerda justificando que esses grupos não aceitavam as bandeiras das minorias raciais ou sexuais. No caso do MST, atualmente, as bandeiras sexuais já fazem parte da estratégia, mas em relação a questão racial ainda há uma dívida. Porém, Florestan nos indagava “onde você viu um partido socialista, um partido comunista funcionando abertamente, rejeitando pessoas que queiram se inscrever?”. (FERNANDES: 1989, p.97). De fato, movimentos sociais como o MST, nunca tiveram critérios de seleção dos seus participantes mediante a cor da pele ou classificação racial, mas Valmir indica que, no surgimento do MST, na direção nacional do Movimento só havia pessoas brancas e ele era o único negro que passava a fazer parte. Embora isso veio mudando no decorrer do tempo.

Com a explicação de Fernandes concordamos em parte que “os movimentos socialistas, comunistas, anarquistas, no Brasil de hoje, dificilmente seriam insensíveis aos problemas raciais como foram no passado. Porque, no passado, havia aquela ideia de que, resolvidos os problemas sociais, estariam resolvidos os problemas raciais.” (Idem, p.88). Mas é importante reafirmar que 30 anos depois do “Significado do Protesto Negro” bem como 30 anos depois do surgimento do MST ainda não está resolvido esse problema racial, embora na direção do Movimento tenha mais negros do que em seu início e esses negros participam de mesas e estejam visíveis nos eventos, há muita coisa a ser superada sobre a questão racial no

MST, inclusive, é óbvio que ainda há militantes que pensam que “resolvidos os problemas sociais, estariam resolvidos os problemas raciais.” (Idem, p.88).

À partir do último depoimento de Assunção que trouxemos aqui, podemos perceber que no plano concreto a divisão racial está colocada, porém ainda falta concretude na tarefa de conscientização racial dos integrantes. Notamos que no MST não há uma linha ou método definido para tratar da temática racial. Nas falas dos militantes entrevistados, embora alguns dominam um pouco mais da temática, se contradizem bastante em suas falas com a utilização de termos carentes de uma postura racialmente radical. Na própria fala de Valmir, a tendência em tratar o problema racial surge como uma necessidade de representação apenas em mesas de debate por classificação racial. Embora isso seja fundamentalmente importante, é oportuno também questionar que o problema racial não se resolve apenas quando se iguala a porcentagem de pessoas na direção de acordo a classificação racial. Inclusive, atualmente - embora não temos registro de números em relação à quantidade de pessoas negras na direção nacional, - podemos identificar diversos dirigentes negros nessa instância. Ainda assim não identificamos a temática racial como estratégia de luta do Movimento. Então podemos identificar que a presença branca não é mais hegemônica como a trinta anos atrás, à vista disso, temos o avanço da inserção do negro, mas o problema racial não foi ainda resolvido de maneira estrutural pois quando falamos de um movimento social de trabalhadores Sem Terra, estamos, versando sobre o poder de uma maioria pobre, cujo processo de tomada de consciência passa inevitavelmente pela questão racial como um dos pavios que tem que ascender para a luta emancipadora se radicalizar. E de fato isso ainda não existe.

A militante do setor de educação Adenilza Monteiro, considera que o MST está sendo levado a discutir a questão racial, e acredita que vai chegar o momento em que essa questão racial virá se evidenciando, se desvelando no processo. “Mas também o MST não nasce de forma elaborada, a luta do MST, nunca veio de forma elaborada, ela veio se elaborando, se construindo no seu fazer.” (MONTEIRO, 2017). Segundo ela isso aconteceu também com a questão e gênero, justamente porque a questão deixou de ser só das mulheres e passou a ser pauta de luta. Pra ela, as questões vão se discorrendo à partir do momento “que elas passam a ser latentes” e vão se evidenciando para o conjunto do Movimento e “mais cedo ou mais tarde, elas tem que encontrar saídas”. (Idem)

Sua fala está ligada ao pensamento de Florestan Fernandes quando se refere aos movimentos de esquerda e a insuficiência em tratar a questão racial. Segundo ele “seria preciso dar tempo ao tempo e moldar uma personalidade democrática, que não poderia nascer pronta e acabada em um átimo”. (FERNANDES, 1989, p, 06).

Monteiro justifica essa ausência da consciência negra na luta pela Reforma Agrária, na herança histórica da cultura branca que nos foi implantada no Brasil. Para Monteiro, nós somos herdeiros de uma escola que nos fez pensar como brancos e de um processo midiático que vai nos embranquecendo, “e até que somos sacolejadas, então nos damos conta que nos sujeitamos a esse branqueamento não nos enxergamos como negro. Para além da cor, da pele, estamos falando de uma cultura de uma questão de identidade”. (MONTEIRO, 2017).

CONCLUSÃO

Com o resultado da nossa pesquisa, fica entendido que o MST na Bahia também não discute a questão racial. Por meio da nossa intervenção os entrevistados sentiram-se desafiados tanto a responder as questões colocadas quanto a pressentir a obrigação de buscar saídas para pensar um novo projeto de sociedade à partir da estratégia da questão racial. O que ficou entendido é que ao longo da história, essa questão vem evidenciando e que está posto à mesa a urgência do debate. Fica evidente também que para avançar no debate é necessário formular teoricamente considerando o acúmulo que já foi construído pelo movimento negro e pensar na luta pela Reforma Agrária, associada a luta pela superação do Racismo para assim fazer a luta da classe trabalhadora permitindo abertura para um debate mais amplo.

Portanto, podemos afirmar que, “Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova, por exemplo.” (FERNANDES: 1989, p.24). Pois a raça não pode ser entendida como um dinamismo secundário, “a raça se configura como pólvora do paiol, o fator que em um contexto de confrontação poderá levar muito mais longe o radicalismo inerente à classe. É a raça que definirá o padrão de democracia, em extensão e profundidade, que corresponderá às exigências da situação brasileira.” (Idem, p.35).

De acordo com Fernandes, no Brasil não se pode proclamar simplesmente: “proletários de todo o mundo, uni-vos”. Pois,

A nossa bandeira não arca com as contingências do euro centrismo, inerente ao capital industrial emergente. Ela se confronta com o sistema de poder mundial do capitalismo financeiro e oligopolista (ou monopolista). E nos dita: “proletários de todas as raças do mundo, uni- vos”. A consequência é a mesma. Eliminar a classe como meio de exploração do trabalhador e de preservação das desigualdades e das iniquidades, que ela determina, inclusive as raciais. (Idem, p.12).

Portanto, para forjar a sociedade dos trabalhadores e não a dos capitalistas, é

necessária a união dos trabalhadores brancos e negros “proletários negros e brancos, uni-vos”. E isso não é simples pois “o negro deve emancipar-se coletivamente em termos de sua condição racial e como força de trabalho” e negros e brancos precisam ter consciência racial e se libertar do pensamento racista que os persegue. (FERNANDES: 1989, p.12).

À partir da nossa análise ao problema traçado no nosso estudo e do nosso diálogo com a sociologia de Florestan, o Brasil precisa tornar-se socialista para que aconteça de fato a verdadeira democracia e se nivele o talento de maneira igualitária sem concentração racial de renda, cultura e poder, pois o talento negro é o mais devastado e destruído e é preciso combater pois “é necessário criar compensações que abram caminhos para destruir essa desigualdade medonha e que desfalca o Brasil daquilo que ele possui de mais valioso, que é o talento criativo e inventivo do ser humano”. (Idem, p.88).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSUNÇÃO, Valmir. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza.

BARBOSA, Vera Lúcia. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro** - Polêmicas do Nosso Tempo. São Paulo: Cortez Editora, 1989. p. 28.

LIMA, Wesley. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).

MATOS, Márcio. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).

MONTEIRO, Adenilza. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).

OLIVEIRA, Maria Rosa do Carmo. “**A Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra no Sul da Bahia**: A conquista do Assentamento nova Ipiranga-Camacan Bahia.” Disponível em <<http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/mariarosadocarmo.pdf>>. Acessado em 05 jan. 2017. FALTA NÚMERO DE PÁGINA

ROCHA, Elisabeth. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).

QUEIROZ, Eudes. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).